

Governo terá de explicar as comissões

Brasília — O governo terá de se pronunciar oficialmente sobre as comissões irregulares pagas aos bancos estrangeiros nas operações de refinanciamento da dívida externa (**relending**), em atendimento a dois pedidos de informações sobre o assunto apresentados ontem na Câmara dos Deputados.

Em nome do Partido dos Trabalhadores (PT), o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, candidato a governador de São Paulo, apresentou à mesa da Câmara um requerimento de informações ao Presidente da República. O deputado Ralph Biasi, do PMDB paulista, fez outro pedido de esclarecimentos ao presidente do Banco Central, através da Comissão de Economia da Câmara. Em ambos os casos, o governo é obrigado a responder às indagações.

Nomes dos tomadores

Na justificativa do seu requerimento, Ralph Biasi sustenta que “grande parte destas comissões teria sido transferida para o exterior a título de serviços de consultoria, uma vez que a lei que regula estas remessas não exige detalhes sobre o tipo de serviço prestado, onerando, assim, ainda mais o país”.

Além disso, Biasi acusa o Banco Central de ter tido conhecimento do pagamento destas comissões, “sem que qualquer medida fosse tomada, chegando ao ponto do contrato da fase dois da renegociação da dívida externa, assinado pelo Banco Central em 1984, chegar a prever a existência dessas comissões”.

Aprovado por unanimidade na reunião de ontem da Comissão de Economia, o requerimento do parlamentar paulista exige do Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, sete informações, entre elas, o nome do tomador e o valor de cada uma das operações de reempréstimo (**relending**) depositadas no Banco Central, discriminando a fase 1 e 2 da renegociação da dívida.

2) O nome do banco líder de cada uma destas operações.

3) O pagamento de comissões em dólares constitui ato legal, quebra de acordo ou nenhuma das duas?

O requerimento do parlamentar foi aprovado por unanimidade na reunião de ontem da Comissão de Economia, que exige uma série de informações importantes do governo.